



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ACTA NÚMERO TREZE

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de Mil Novecentos e Noventa e Seis, pelas vinte e uma horas, verificada a existência de quorum, reuniu-se no Salão do Centro Social de Sameiro, em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- **Um - Aprovação do Regulamento Municipal para Liquidação e Cobrança de Taxas pelo Licenciamento de Obras Particulares e Ocupação de Edificações Urbanas;**
- **Dois - Programa Realojamento - Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de Junho;**
- **Três - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Município.**

Aberta a Sessão e depois de conferidas as presenças dos Deputados desta Assembleia, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Albino Massano Leitão e José Manuel Novo de Matos, que previamente justificaram as faltas.

O Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia iniciou a Sessão, cumprimentando os presentes e congratulando-se pelo facto de esta sessão da Assembleia se realizar na Freguesia de Sameiro.

No Período de **Antes da Ordem do Dia**, inscreveram-se os Munícipes José da Graça, Joaquim Sabugueiro, José Martins Sabugueiro, José António Abrantes Massano Monteiro, António Manuel Martins Batista.

O Senhor Munícipe José da Graça solicitou que fosse construído um pontão sobre o Rio Zêzere, de forma a permitir o acesso aos terrenos da outra margem durante todo o ano.

O Senhores Munícipes Joaquim Sabugueiro e José Martins Sabugueiro perguntaram sobre se tinha ou não havido apoios concedidos para cobrir os prejuízos causados pelas cheias de Outubro de 1993 e sobre o arranjo das levadas. Pelo Senhor Presidente da Câmara foi respondido que além da pequena ajuda que a Câmara deu na altura, nada foi feito porque o Governo não concedeu qualquer apoio para esse fim. O Senhor Munícipe José António Abrantes Massano Monteiro levantou as seguintes questões:

Para quando uma sessão semanal de cinema? Qual o valor orçamentado para ser gasto pelo Pelouro da Cultura? Movimento de terras na Fabrica das Águas seguidamente depositadas junto ao Rio? Passagem de património dos Serviços Florestais para o Parque Natural, acontecendo que acaba por não haver aproveitamento deste património nem por uma nem por outra Instituição?

O Senhor Munícipe António Manuel Martins Batista solicitou que fosse dada resposta concreta às seguintes questões:

Mostra de Actividades: quais os indicadores de avaliação, volume de vendas, critérios de atribuição de espaços, expositores convidados e não convidados, vantagens e desvantagens?

Estrada Nacional 232, qual o ponto da situação? Vai ou não haver estrada? Se não vai haver digam claramente à população que não há e peça-se à população para fazer pressão directa junto do Governo Central, em grupo ou individualmente.

Programa da T.S.F.? Porque razão não houve patrocínio da Câmara de Manteigas?

Programa PRID, qual a situação?

Programa Estratégico para o Desenvolvimento de Manteigas, existe? Quais as linhas mestras?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor José Lucas Botelho pediu para intervir, tendo colocado o problema do caminho de acesso ao prédio que possui junto ao Ribeiro do Urso.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu aos Senhores Munícipes que em relação às levadas, se encontravam abertos os concursos para as Levadas e Açudes Nova e das Coanheiras. Ainda a propósito das cheias, a Beira não tem sabido aproveitar. O Alentejo recebe, o Algarve recebe, toda a gente recebe. As Beiras ficam sempre a ver o dinheiro passar.

Quanto às verbas orçamentadas para a Cultura, é só pegar no orçamento e ver. A projecção de cinema não está esquecida e está-se a tentar financiamento para aquisição de um projector novo. Sobre o Rio e o movimento de terras, não tem conhecimento de nada, no entanto vai verificar. O mesmo acontece em relação às casas florestais, embora não tenha informação nesse sentido, irá verificar o que se passa.

Sobre a Mostra de Actividades, remeteu os esclarecimentos para o Senhor Deputado Luís Melo que esteve à frente da Comissão Organizadora.

A Estrada Nacional 232 fez um pequeno balanço do que até agora se passara. Leu seguidamente um ofício recebido nesse dia da Direcção de Estradas de Coimbra.

Sobre a T.S.F., a Região de Turismo que contratou com a estação de rádio a emissão do programa, não deu conhecimento à Câmara de quanto seria a sua parte no pagamento. A T.S.F. tentou vender à Câmara a publicidade por um preço considerado exagerado.

Quanto ao PRID, houve projectos aprovados mas não sabe qual a situação neste momento.

Quanto ao Plano Estratégico, existe o PDM que será o definidor da estratégia a seguir durante 10 anos. No entanto, sabe-se da insuficiência deste. Na passada semana foram postas estas questões ao Senhor Ministro da Economia. A ADRUSE vai elaborar um Plano Estratégico para esta zona, no global e para cada um dos municípios que a integram, especificamente.

O Senhor Deputado Luis Melo respondeu acerca da Mostra de Actividades, dizendo que embora não tenha sido feita uma avaliação exaustiva da Mostra, considera-se que o balanço é muito positivo, tendo em consideração as opiniões dos visitantes e o grande interesse manifestado pelos expositores em continuar a ser feita a Mostra anualmente. Quanto aos indicadores apontados não há dados concretos, no entanto, empiricamente, pode-se dizer que foi um sucesso. A distribuição de espaços foi feita com o acordo dos expositores. A Mostra não tem regulamento.

O Senhor Deputado Albino Cardoso referiu que ainda não obteve resposta à carta enviada à Câmara sobre a IIª Mostra e que renova pedido em relação à IIIª Mostra. Mostrou-se disponível para colaborar.

O Senhor Presidente da Mesa abriu um período excepcional de inscrições para o público, devido ao facto da Assembleia se realizar em Sameiro, apesar do tempo a ele destinado já ter sido largamente ultrapassado.

Pediu para intervir o Senhor munícipe José Manuel Pombo Batista, questionado o Senhor Presidente da Câmara acerca do ofício lido anteriormente, dizendo que tinha conhecimento de uma posição oficial mais recente.

O Senhor Deputado Luis Melo fez um ponto de ordem à Mesa, pedindo que seja feito um inquérito aos Serviços Administrativos da Câmara Municipal porque as informações cheguem primeiro ao conhecimento publico do que à secretária do Senhor Presidente.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente pôs à consideração a acta da Sessão anterior, e, após terem sido efectuadas as rectificações achadas necessárias pelos Senhores Deputados, foi a mesma posta à votação, tendo sido aprovada por quinze votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado José Quaresma Domingos, devido a ter estado ausente na sessão anterior.

O Senhor Presidente da Mesa deu a conhecer a correspondência recebida, tendo-a posto à disposição dos Senhores Deputados.

Feito um pequeno intervalo, o Senhor Deputado Luis Melo apresentou formalmente o pedido de inquérito, tendo o Senhor Deputado Manuel Domingos referido que embora não tenha nada contra o inquérito, acha que o munícipe não teve intenção de afirmar que havia informações mais recentes, mas sim apresentar uma hipótese.

O Senhor Deputado Carlos Viegas disse que irá votar favoravelmente, embora tenha a mesma opinião sobre a intervenção, que o Senhor Deputado Manuel Domingos.

O Senhor Presidente pôs à votação a proposta de inquérito tendo sido aprovado por catorze votos a favor e duas abstenções.

Passou-se seguidamente à **ordem do dia**, o Senhor Presidente da Assembleia apresentou o **primeiro ponto** que constava:

### **Um - Aprovação do Regulamento Municipal para Liquidação e Cobrança de Taxas pelo Licenciamento de Obras Particulares e Ocupação de Edificações Urbanas;**

O Senhor Presidente deu a conhecer que o Regulamento tinha sido submetido a discussão pública, não tendo havido qualquer reclamação.

Apresentadas algumas pequenas dúvidas pelos Senhores Deputados Luis Melo, Albino Cardoso e José Paulo Fraga, foram respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara.

Foi posta à votação a proposta apresentada, tendo sido aprovado por unanimidade.

Esta proposta foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

### **Dois - Programa Realojamento - Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de Junho;**

Foi presente o ofício nº 126/DPHM, do Instituto Nacional de Habitação em que é comunicada à Câmara Municipal a minuta de acordo de colaboração entre o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), o Instituto Nacional de Habitação (INH) e o Município de Manteigas para a construção de habitação a custos controlados celebrado ao abrigo das disposições do Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de Junho, e com recurso às seguintes fontes de financiamento:

a) IGAPHE - que comparticipará a fundo perdido 50% do custo da construção, nos termos e condições e fixar em contrato de comparticipação a celebrar com o Município, logo que se verifique para o efeito a necessária disponibilidade financeira.

b) INH - que através de uma das Instituições de Crédito, financiará os restantes 50% do custo da construção, nos termos e condições a definir em contrato a celebrar com o Município, ao abrigo do preceituado no Decreto-Lei nº 110/85, de 17 de Abril.

O programa envolve um investimento estimado em 134.200 contos, cabendo ao INH, por recurso à participação de outras instituições de crédito, financiar 67.100 contos e ao IGAPHE 67.100 contos. Prevê-se que o investimento seja executado durante os anos de 1996, 1997 e 1998.

Esclarecidos, novamente, os termos do pedido de autorização da Câmara, e de que a aprovação deveria ser feita em minuta, procedeu-se à votação que foi aprovada, por unanimidade a autorização da contratação do empréstimo atrás referido, destinado ao financiamento de construção de vinte e dois fogos de habitação no Concelho de Manteigas, de conformidade com os termos da minuta de acordo já referenciada.

### **Três - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Município.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Foi entregue na Mesa por alguns Senhores Deputados, um Manifesto de Protesto sobre os acontecimentos ocorridos em Santo Tirso, que havia sido distribuído pelo Senhor Município José António Monteiro, e que se encontra em anexo a esta acta.

Depois de intervirem os Senhores Deputados Manuel Domingos, que referiu haver liberdade de voto por parte dos deputados do Partido Socialista embora não subscrevam o Manifesto, do Senhor Deputado Luis Melo em que referiu a dualidade de opiniões sobre assunto idênticos por parte do Partido Socialista na oposição e agora no governo, embora saiba que as ordens de Tribunal devem ser cumpridas, e do Senhor Deputado Carlos Viegas referindo que concorda com o teor do protesto, foi o Manifesto de Protesto posto à votação, tendo sido aprovado por treze votos a favor e três abstenções.

Inscreveram-se para intervir os Senhores Deputados António da Graça Soares, Luis Melo, Carlos Viegas, José Quaresma Domingos, José Martins Cleto e José Paulo Fraga.

O Senhor Deputado António da Graça Soares agradeceu em nome da Junta de Freguesia de Sameiro e da população da freguesia o facto da Assembleia se realizar nesta localidade.

O Senhor Deputado Luis Melo alertou o Executivo para o estado lastimoso em que se encontra a Estrada da Lapa. Sugeriu também que fosse visto a hipótese de se fazer uma passagem subnívelada na Enxertada antes de se calcetar a rua, visto estar previsto a transferência do mercado para aquele local.

Solicitou que fosse visto a hipótese de se vedar a Fonte Paulo Luis Martins para evitar que haja problemas com a qualidade da água.

O Senhor Deputado Carlos Viegas agradeceu a disponibilidade mostrada pelo Executivo para fornecer elementos de consulta aos Deputados.

Referiu que os Deputados devem ter um cartão de identificação e que devem ter um seguro de acidentes, tal como o previsto no Estatuto dos Eleitos Locais.

Chamou também a atenção para o limite que se aproxima para a conclusão da Unidade de Engarrafamento de Água e que ainda não conhece qualquer posição sobre o assunto por parte do IGAT.

O Senhor Deputado José Quaresma Domingos chamou a atenção para pequenos pormenores em obras que se estão a realizar. Referiu que gostaria de receber a Assembleia Municipal na sua Freguesia mas que não dispõe de instalações condignas para o efeito. Referiu ainda que a Câmara dispõe de dois imóveis de qualidade, onde era a antiga Câmara e o antigo quartel da GNR, que poderiam ser melhor aproveitados e onde poderia ser instalada condignamente a Junta de Freguesia a que preside.

O Senhor Deputado José Martins Cleto referiu que concorda com o Senhor Deputado Luis Melo no tocante à Fonte Paulo Luis Martins e Estrada da Lapa e reforça a solicitação já feita anteriormente.

O Senhor Deputado José Paulo Fraga referiu que os autos da Albace e do GAT têm erros de arredondamento e que dos autos verificados por ele, apenas os elaborados pelo Senhor Engenheiro Rebelo, dos Serviços Técnicos da Câmara, não continham qualquer erro.

O Senhor Presidente da Câmara interveio para fazer pequenas considerações sobre as intervenções feitas anteriormente pelos Senhores Deputados.

Cerca das zero horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sessão, da qual vai ser lavrada a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada pelos Membros da Mesa.

### **Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria.**

Por lapso não foi transcrita na acta da ultima Assembleia Municipal realizada em 29/12/95, a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Manteigas sobre a sede da Junta de Freguesia de Santa Maria, que a seguir se transcreve:

### **“Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria.**

Atendendo ao facto de a Junta de Freguesia de Santa Maria não dispor de Sede condigna, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, apresentar proposta à Assembleia Municipal no sentido de deliberar estabelecer prioridade de financiamento para a referida Freguesia no decurso do actual mandato autárquico.”

O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu os deputados, que as outras duas Juntas já haviam sido participadas pela D.G.A.A., e que a Junta de Santa Maria ainda não tinha sido participada.

Face ao exposto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a proposta apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade.

---

---

---